

ISSN 000-0000

BOLETIM DE CONJUNTURA
**MERCADO
DE TRABALHO**

2º TRIMESTRE DE 2019



SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA



Estado da Bahia

SUMÁRIO

Governo do Estado da Bahia

Rui Costa

Secretaria do Planejamento – Seplan

Walter de Freitas Pinheiro

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
da Bahia – SEI

Jorgete Oliveira Gomes da Costa

Diretoria de Pesquisas – Dipeq

Armando Affonso de Castro Neto

Coordenação Editorial

Armando Affonso de Castro Neto

Luiz Fernando Araújo Lobo

Elaboração Técnica

Armando Affonso de Castro Neto

Ana Maria de Sales Guerreiro

Luana Gabriela da Silva Rodrigues

Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos

Luiz Fernando Araújo Lobo

Guillermo Javier Pedreira Etkin

Coordenação de Biblioteca e Documentação – Cobi

Normalização

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Coordenação de Disseminação de

Informações – Codin

Editoria-geral

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Coordenação de Produção Editorial

Editoria de Arte e de Estilo

Ludmila Nagamatsu

Revisão

Calixto Sabatini

Editoração

Adir Filho

Projeto Gráfico

Nando Cordeiro

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Av., 435, CAB.

Cep: 41.745-002. Salvador(BA)

Tel.: (71) 3115 4822 / 3115 4786 Fax.: (71) 3116 1781

www.sei.ba.gov.br

sei@sei.ba.gov.br

2º TRIMESTRE DE 2019 **1**

CENÁRIO ECONÔMICO **2**

MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO O CAGED **3**

MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO A PNADC **9**

PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO **13**

Expectativa dos empresários baianos para o emprego **13**

Projeção do emprego formal **15**

CONSIDERAÇÕES FINAIS **16**

NOTAS METODOLÓGICAS **17**

Pesquisa de confiança do empresariado baiano **17**

Projeções do mercado de trabalho formal **18**

2º TRIMESTRE DE 2019

Até aqui, o ano de 2019 demonstrou estar parcialmente comprometido. Não há retomada econômica à vista. O crescimento econômico não será expressivo, já que o desempenho ostentado até agora se mostra, em geral, de fraco a moderado. A questão do desemprego não está sendo solucionada de maneira significativa. Com isso, os parâmetros econômicos ainda não retornaram aos patamares da fase pré-crise. Enfim, não é mais segredo que os indicadores da atividade econômica ficarão, em sua maioria, aquém dos níveis aguardados antes do começo do ano.

As expectativas iniciais, propagando o ano de 2019 como o da redenção, portanto, irão se revelar, mais uma vez, frustradas e, novamente, serão transferidas para o próximo ano. A propalada retomada da economia, no sentido estrito de regresso à condição ou ao padrão anterior, será adiada novamente, a despeito de todos os “esforços salvadores” empreendidos: instituição do teto dos gastos públicos, privatizações, flexibilização das terceirizações, “modernização” das leis trabalhistas, eleição de novos mandatários etc. Em suma, o “agora vai” ainda não foi e o desafio da retomada continua posto. Isso tudo sem colocar na balança o potencial destruidor de um eventual desajuste, para não dizer quadro recessivo, da economia mundial – algo já sendo captado por alguns radares.

Mas, sim, houve avanços. No entanto, tais progressos não podem ser totalmente contemplados sem que estejam emoldurados por ressalvas. Na Bahia, por exemplo, a fase atual de geração de postos formais tem sido muito mais vagarosa e menos impactante do que a de supressão líquida vivenciada nos meses de crise, visto que o saldo de aproximadamente 60 mil vagas geradas de 2017 até agora sequer alcançou a metade do montante de quase 150 mil postos eliminados em 2015 e 2016; o surgimento líquido de empregos com carteira assinada no primeiro semestre se deu, única e exclusivamente, nos postos que remuneravam menos – as faixas de até um e de um a dois salários mínimos; no segundo trimestre, comparativamente ao primeiro, os trabalhadores admitidos receberam, em média, ainda menos que os desligados; a reação do mercado de trabalho vem se beneficiando mais da rigidez nos desligamentos, por estarem próximos aos seus menores níveis, do que de um galope nas admissões; a despeito da queda recente, a taxa de desocupação permaneceu acima de sua equivalente em 2018; o quantitativo de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e a taxa de subocupação aumentaram; a informalidade tem sido a via mais comum para a ocupação (embora o contingente de empregados no setor privado com carteira tenha aumentado recentemente, o crescimento daqueles sem registro foi maior); mesmo com a redução do número de desocupados entre os trimestres, aumentou o tempo de permanência na desocupação; a despeito do segundo recuo seguido, o exército de desalentados no estado ainda é o quinto maior registro da série e o maior do país; e o rendimento médio real dos trabalhadores locais caiu ao longo deste ano.

Assim, praticamente cinco anos após o início da crise econômica brasileira, uma das mais agudas da história, o cenário hoje ainda se mostra desolador. Num comparativo entre as estatísticas do mercado de trabalho baiano da pré-crise e as mais recentes, vê-se, claramente, que a cena conjuntural adversa não ficou para trás: àquela época havia 681 mil desocupados, hoje há 1,215 milhão; a taxa de desocupação era de 9,7% e, atualmente, de 17,3%; o estoque presente de empregos celetistas, de 1,722 milhão, encontra-se muito abaixo do registrado ao final de 2014, de 1,832 milhão; o total de ocupados caiu de 6,306 milhões para 5,805 milhões; o montante de empregados no setor privado com carteira assinada (exclusive trabalhador doméstico) diminuiu

em 306 mil de lá para cá; o total de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas aumentou de 709 mil para 949 mil; a taxa de subocupação saiu de 11,3% para 16,4%; o conjunto de indivíduos subutilizados aumentou de 1,987 milhão para 3,248 milhões; a taxa de subutilização da força de trabalho passou de 26,3% para 40,1%; o contingente de desalentados se dilatou em 519 mil no intervalo; o percentual de desalentados variou de 3,4% para 9,8%; e a proporção de desocupados com tempo de procura por trabalho acima de um ano aumentou de 32,9% para 41,5% no mesmo período.

As análises deste boletim, debruçadas em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), revelam um progresso relativo e com reservas da realidade laboral baiana ao longo dos últimos meses. Entretanto, apesar da recomposição de alguns indicadores no período recente, fica patente a necessidade de maiores avanços para se ter caracterizada uma recuperação ampla e enraizada. A lentidão é a principal marca desse processo. O que se tem não passa de uma reabilitação, regeneração, restauração ou reparação. Assim, não há muito que possa servir de justificativa para grandes comemorações e que ampare picos de expectativas.

CENÁRIO ECONÔMICO

O segundo trimestre terminou, e ainda não foi desta vez que a economia baiana deslanchou. Há uma morosidade quase generalizada e persistente. Os setores de Indústria e Comércio, pelo menos, celebraram desfechos positivos, apesar de crescimentos ainda não muito distantes de zero. O setor agropecuário, após o bom desempenho do ano passado, tende a amargar uma produção bem menor este ano. O setor de Serviços, que despontou com resultado positivo ao final do primeiro trimestre, voltou a perder fôlego. Como se não bastasse, a confiança do empresariado baiano não demonstrou reação e voltou a indicar certo pessimismo nos meses de maio e junho.

De maneira efetiva, conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativo ao mês de junho, a estimativa para a safra baiana de grãos de 2019 aponta para o encolhimento de 13,9% em relação ao volume do ano anterior, quando a produção totalizou quase 10,0 milhões de toneladas. A produção física de grãos deverá fechar o ano com aproximadamente 8,6 milhões de toneladas. Dessa forma, diante da expectativa de ampliação de 1,0% da área colhida, a produtividade, entendida como a relação entre produção física e área colhida, deverá recuar 14,7%.

Em relação à indústria, de acordo com as informações da Pesquisa Industrial Mensal, do IBGE, a produção baiana acumulada de abril a junho de 2019 teve uma elevação de 0,6% frente ao montante produzido no mesmo intervalo de 2018 – emendando duas altas seguidas nessa base de comparação. O acréscimo no ritmo produtivo do setor ocorreu apenas na indústria de transformação, a qual avançou 0,6%, já que, na extrativa, houve recuo de 0,4% em relação ao segundo trimestre do ano passado. No acumulado dos últimos 12 meses, o quadro foi de leve revés para o total da atividade fabril, com recuo de 0,1% em relação a igual período imediatamente anterior.

O setor de serviços se retraiu levemente no trimestre. Conforme a Pesquisa Mensal de Serviços, do IBGE, o volume de serviços prestados, acumulado entre abril e junho de 2019, em relação ao valor observado nos mesmos meses de 2018, exibiu uma ligeira redução de 1,0% – primeira

queda após três altas sucessivas na comparação interanual por trimestre móvel. No acumulado dos últimos 12 meses a variação continuou negativa, com retração de 0,7%.

Relativamente à atividade comercial, a Pesquisa Mensal de Comércio, do IBGE, mostrou uma alteração positiva no volume de vendas do varejo baiano no segundo trimestre de 2019 no confronto interanual, com alta de 1,3%. A comparação com o mesmo período do ano anterior, depois de sete recuos consecutivos, chegou ao nono aumento sucessivo. No acumulado de 12 meses, frente a igual intervalo imediatamente anterior, o indicador revelou ligeira alta, de 0,5% – completando cinco meses com resultado acima de zero nessa base de comparação.

Por fim, ao final do trimestre, conforme o Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (ICEB), calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a confiança do empresariado local quanto ao futuro se mostrou fatigada, apesar de menos atrofiada que outrora. Mesmo iniciando o trimestre acima de zero, o ICEB se revelou negativo nos meses seguintes. Desde abril, quando se encontrava no segundo maior nível do ano, a confiança recuou duas vezes e chegou ao menor patamar desde agosto do ano passado. Com o movimento mais recente, o pessimismo se aprofundou. À vista disso, a dinâmica de recuperação da confiança dos empresários do estado, observada desde abril de 2016, quando o ICEB marcou -488 pontos, parece ter perdido fôlego ao longo do segundo trimestre do ano (abril: sete pontos; maio: -88 pontos; e junho: -94 pontos), repercutindo um processo de acomodação das expectativas, que avançaram consideravelmente desde agosto de 2018. Assumindo um viés de baixa e voltando a indicar pessimismo moderado, os últimos resultados do ICEB, no entanto, não sustaram o movimento mais amplo de resgate da confiança no meio empresarial baiano iniciado há três anos e também não enfraqueceram a crença de que algum nível de otimismo deva ser a tônica em curto e médio prazo.

MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO O CAGED

Incluindo o segundo trimestre, sob o cálculo de médias móveis de 12 meses, a Bahia já perfez 19 meses seguidos com saldo positivo de empregos formais¹ – todavia, inferior ao intervalo imediatamente antecedente, com 33 meses ininterruptos sem surgimento líquido de oportunidades ocupacionais. Em sua maior parte, essa trajetória de resultados positivos tem sido crescente, mas com descaídas – próprio de uma recuperação arrastada e sem tração. Em abril, por exemplo, o saldo atingiu o maior patamar dos últimos 57 meses, com uma geração média de 3.119 postos, mas caiu para 2.777 imediatamente depois – atualmente, ainda se encontra abaixo daquele auge (Gráfico 1).

Desde o pior momento da conjuntura recente, quando da perda líquida de 7.384 postos em junho de 2016, o mercado de trabalho baiano vem seguindo um itinerário paulatino de reabilitação – evidenciando ter relegado ao passado os momentos mais críticos. No entanto, o percurso tem sido vagaroso e nem sempre contínuo. O processo de regeneração tem se revelado muito mais lento do que o da deterioração recente. Dessa maneira, mesmo superado o ciclo de contração

¹ Ao longo do texto, o termo emprego formal se refere à relação empregatícia com contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

e perante manifesto progresso, o mercado de trabalho local ainda requer um dinamismo bem mais atlético para o resgate dos tempos áureos ou para, pelo menos, neutralizar as perdas líquidas ocorridas recentemente.

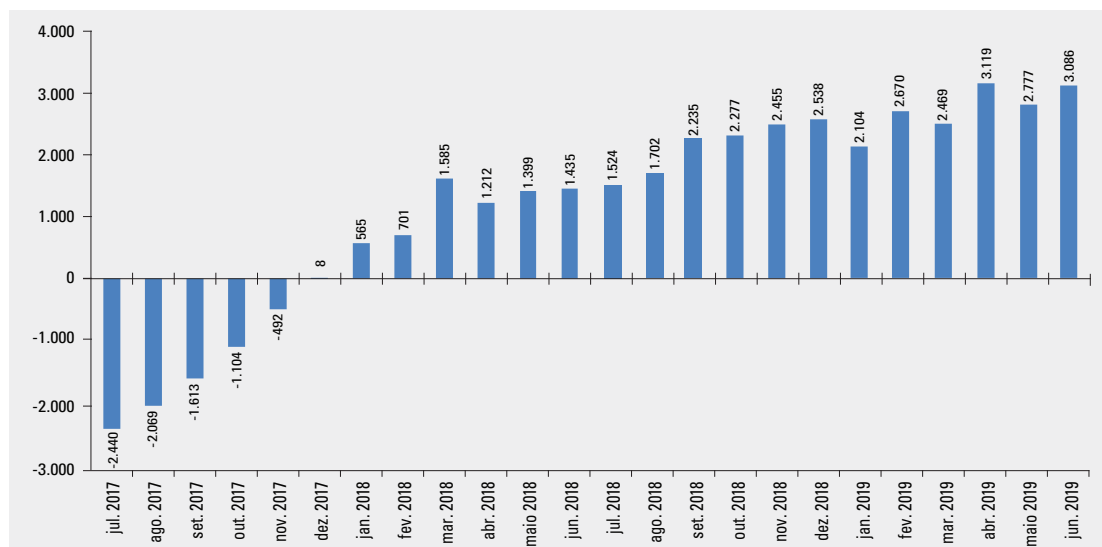


Gráfico 1
Evolução do saldo de empregos formais por média móvel de doze meses – Bahia – Jul. 2017-jun. 2019

Fonte: Ministério da Economia – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).
Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2019.

Em 2019, até junho, foram gerados 29.406 postos de trabalho na Bahia, o que representou uma elevação de aproximadamente 1,7% no contingente de 1.692.114 empregos com carteira assinada existente ao final do ano anterior – nutrindo, dessa forma, o entusiasmo quanto à possibilidade de continuação do processo de reabilitação vivenciado em 2018, quando emergiram pouco mais de 30 mil postos. Entretanto, não se pode perder de vista que ainda falta muito para, pelo menos, neutralizar as perdas dos anos de crise, quando quase 150 mil postos celetistas foram encerrados – especificamente, 76.090 e 73.067 postos em 2015 e 2016, respectivamente.

Com uma geração líquida de 16.566 vagas, o segundo trimestre de 2019 foi mais um marcado pelo avanço do nível do emprego no estado. Constata-se, assim, o terceiro ano seguido com crescimento da ocupação nesse trimestre na Bahia. Outro destaque fica por conta de uma geração líquida maior agora do que no mesmo intervalo do ano anterior, quando 9.158 postos foram abertos (Gráfico 2). Além do mais, trata-se do melhor resultado trimestral desde o observado nos primeiros três meses de 2014 (+17.833 postos).

A eclosão líquida de empregos formais no mercado de trabalho baiano foi realidade nos três meses do referido trimestre, já que nenhum deles testemunhou recuo da ocupação – diferentemente, portanto, do acontecido um ano antes, quando nem todos os meses evidenciaram resultado positivo. Enquanto o mês de abril exibiu o maior saldo do trimestre, com 11.117 novas vagas, maio e junho, por outro lado, apresentaram resultados mais modestos, de 3.087 e 2.362 novos postos, respectivamente.

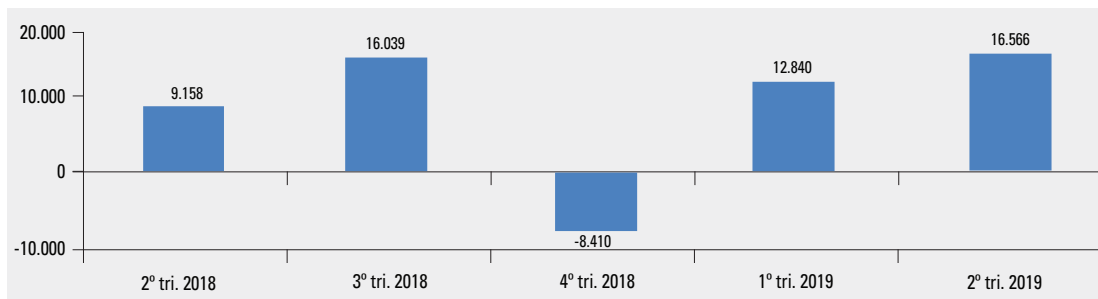


Gráfico 2
Evolução do saldo de empregos formais por trimestre – Bahia – 2º tri. 2018-2º tri. 2019

Fonte: Ministério da Economia – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2019.

Excetuando-se o saldo do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo.

A expansão do mercado de trabalho formal baiano no segundo trimestre atingiu todos os estratos setoriais. Nesse aspecto, a situação da ocasião se revelou melhor do que a do mesmo trimestre do ano anterior, quando dois setores fecharam mais vagas do que abriram. Entretanto, desta vez, apenas quatro das oito atividades exibiram um desempenho melhor (Extrativa Mineral, Construção Civil, Comércio e Serviços). No trimestre imediatamente antecedente, por outro lado, um setor havia apontado saldo negativo de empregos celetistas (Tabela 1).

Em uma avaliação setorial, Agropecuária e Construção Civil, com geração líquida de 6.228 e 4.376 postos de trabalho no segundo trimestre de 2019, respectivamente, destacaram-se com os desempenhos mais proeminentes. Em contrapartida, conforme se pode acompanhar pela tabela abaixo, Administração Pública (+143 postos) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (+144 postos) exibiram os menores saldos no citado intervalo na Bahia.

Tabela 1
Saldo de empregos formais por setor de atividade econômica, por trimestre – Bahia – 2º tri. 2018/1º tri. 2019/2º tri. 2019

Setor de atividade econômica	2º tri. 2018	1º tri. 2019	2º tri. 2019
Extrativa Mineral	263	245	281
Indústria de Transformação	2.107	2.033	1.721
Serviços Industriais de Utilidade Pública	514	108	144
Construção Civil	-1.242	5.679	4.376
Comércio	-1.408	-3.051	917
Serviços	1.873	6.074	2.756
Administração Pública	547	274	143
Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca	6.504	1.478	6.228
Total	9.158	12.840	16.566

Fonte: Ministério da Economia – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2019.

Excetuando-se o saldo do último mês, os demais dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.

O saldo de empregos com carteira assinada também foi positivo para o país no segundo trimestre de 2019, com 218.227 postos a mais. Além disso, vale ressaltar, todas as regiões geraram postos de trabalho. O Sul, com ganho líquido de 1.107 empregos celetistas, teve a menor geração, e o Sudeste, com o aparecimento de 144.179 novas vagas, registrou a maior. Das unidades da Federação, em 24 houve surgimento líquido. No *ranking* nacional, do maior ao menor saldo, a Bahia, com acréscimo de 16.566 oportunidades ocupacionais, ficou na terceira posição, quatro acima da verificada no trimestre anterior. Entre os estados nordestinos, apenas um não obteve resultado positivo. A Bahia ficou com o melhor desempenho regional, enquanto Alagoas (-6.580 postos) exibiu o menor saldo do Nordeste no mesmo período.

Quanto à distribuição intraestadual, no segundo trimestre deste ano, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) e o interior experimentaram surgimento líquido de vagas – diferentemente do ocorrido um ano antes, quando a RMS exibiu encerramento líquido de vagas (Tabela 2). Enquanto na primeira região foram gerados 167 novos empregos com registro em carteira, na segunda, o resultado foi de 16.399 postos a mais – números superiores aos do mesmo intervalo do ano anterior. Em relação ao trimestre imediatamente antecedente, quando oportunidades despontaram em ambas as localidades do estado, o quadro atual se mostrou melhor apenas no caso do interior.

Ao longo dos seis primeiros meses de 2019, a criação de empregos formais na Bahia (+29.406 postos) foi avalizada principalmente pelo desempenho do interior (+24.645 postos), já que a RMS (+4.761 postos) registrou um ganho líquido de postos menos expressivo, pouco inferior a um quinto do saldo do interior. Tal resultado serviu para realçar o protagonismo daquela região na geração de vagas no estado e, ao mesmo tempo, sinalizar a edificação de uma dinâmica própria do mercado de trabalho nessa área. O espaço metropolitano se manteve, até agora, como entrave a um dinamismo mais contundente do mercado de trabalho formal em território baiano este ano.

Tabela 2

Saldo de empregos formais entre RMS e interior, por trimestre – 2º tri. 2018/1º tri. 2019/2º tri. 2019

Área geográfica	2º tri. 2018	1º tri. 2019	2º tri. 2019
Bahia	9.158	12.840	16.566
RMS	-4.097	4.594	167
Interior	13.255	8.246	16.399

Fonte: Ministério da Economia – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2019.

A RMS engloba os municípios de Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz (Lei nº 13.468/2015).

O saldo positivo de 16.566 empregos formais na Bahia, observado no segundo trimestre, foi proveniente de 158.258 admissões e 141.962 desligamentos (Tabela 3). Em relação ao mesmo trimestre do ano antecedente, as admissões aumentaram e os desligamentos recuaram – aquelas em 1,7% (2.643 admitidos a mais) e estes em 3,3% (4.765 desligados a menos). O aumento das contratações, associado ao recuo dos desligamentos, mesmo que em pequenos percentuais, ajuda a entender a ocorrência de um resultado positivo de maior magnitude no trimestre mais atual.

O montante de desligados agora foi o menor para um segundo trimestre de 2010 para cá e o quinto menor entre todos em quase dez anos, resultado próprio de um contexto com estoque de empregos em níveis ainda historicamente baixos e de um percurso de fraco restabelecimento – o que termina por conferir certa rigidez aos desligamentos involuntários e voluntários. Assim, com o número de admitidos ainda distante dos maiores registros, nota-se que o grande obstáculo para uma sólida alavancagem do mercado de trabalho baiano se encontra mais relacionado com a dificuldade em se alocar e realocar do que com a de se manter em uma vaga.

Conforme a tabela abaixo, houve recuo na maioria das formas de movimentação no mercado de trabalho baiano no segundo trimestre de 2019². Por sua vez, a alta nas admissões ecoou a ascensão em apenas uma das formas de contratação: a admissão por reemprego. Enquanto isso, a caída nos desligamentos foi puxada principalmente pelos decréscimos verificados nas demissões sem justa causa e nos desligamentos por término de contrato.

No campo das admissões, o reemprego³, tipo de contratação mais comum, avançou 6,9% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. Quanto aos desligamentos, a demissão sem justa causa, forma mais habitual de findar uma relação empregatícia, apresentou decréscimo de 4,5%. Entre todas as categorias, em termos relativos, os desligamentos por acordo (+25,2%) e os desligamentos com justa causa (+17,1%) exibiram as maiores altas de um trimestre para outro. Na outra ponta, as admissões por reintegração (-57,0%) e as admissões por primeiro emprego (-20,9%) apresentaram os recuos de maior magnitude.

Tabela 3
Comportamento do mercado de trabalho formal por tipo de movimentação no quadro de empregados, por trimestre – Bahia – 2º tri. 2018/2º tri. 2019

Tipo mov. desagregado	2º tri. 2018	2º tri. 2019	Variação	
			Relativa	Absoluta
Admissão por Reemprego	121.738	130.131	6,9%	8.393
Contrato Trabalho Prazo Determinado	17.456	15.263	-12,6%	-2.193
Admissão por Primeiro Emprego	16.091	12.722	-20,9%	-3.369
Admissão por Reintegração	330	142	-57,0%	-188
Admissão por Transferência	0	0	-	-
Total de Admissões	155.615	158.258	1,7%	2.643
Desligamento por Demissão sem Justa Causa	97.002	92.661	-4,5%	-4.341
Desligamento por Término de Contrato	22.636	20.465	-9,6%	-2.171
Desligamento a Pedido	17.797	18.865	6,0%	1.068
Término Contrato Trabalho Prazo Determinado	6.134	6.361	3,7%	227
Desligamento por Acordo Empregado e Empregador	1.202	1.505	25,2%	303
Desligamento por Demissão com Justa Causa	1.058	1.239	17,1%	181
Desligamento por Morte	487	479	-1,6%	-8
Desligamento por Aposentadoria	141	117	-17,0%	-24
Desligamento por Transferência	0	0	-	-
Total de Desligamentos	146.457	141.692	-3,3%	-4.765
Saldo (Admissões - Desligamentos)	9.158	16.566	-	-

Fonte: Ministério da Economia – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2019.

Excetuando-se o saldo do último mês, os demais dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.

De abril a junho, a despeito do resultado positivo no agregado, o surgimento líquido de vagas aconteceu somente em dois estratos de remuneração – panorama semelhante ao observado no primeiro trimestre de 2019, mas diferente do esboçado há um ano, quando a abertura líquida de postos ocorreu em apenas um estrato (Gráfico 3). A captação líquida de trabalhadores, no trimestre mais recente, se deu para os postos que pagavam menos – as faixas de até um e de um a dois salários mínimos –, com o resultado positivo nestas duas sendo mais que suficiente para suplantar o somatório dos saldos negativos nas demais. A tática em disponibilizar oportunidades para as ocupações com as mais baixas remunerações, adotada pelas empresas como forma de evitar o avanço dos custos, continuada no segundo trimestre deste ano, reforça uma conduta condizente com um panorama de recuperação econômica lenta, incerta e de pouca potência.

2 O desligamento por acordo se trata de uma nova categoria de movimentação, criada pela mais recente reforma trabalhista (Lei nº 13.467/17), cuja vigência teve início no dia 11 de novembro de 2017.

3 Reempregado é aquele que já havia exercido ocupação formal no mercado de trabalho anteriormente.

Assim como no segundo trimestre de 2018, a maior geração líquida de vínculos despontou na classe de até um salário mínimo no intervalo mais recente. O maior corte líquido também ocorreu na mesma categoria de um ano antes: a de dois a cinco salários mínimos. No trimestre imediatamente antecedente, as faixas de até um e de cinco a dez salários mínimos foram os destaques positivo e negativo, respectivamente.

Em um ano, o saldo de postos de trabalho diminuiu em apenas um dos estratos de valor: até um salário mínimo. Quer dizer, a categoria dos que receberam até um salário mínimo foi a única que desidratou nesse intervalo. Entre as camadas que progrediram em termos de saldo, a dos que receberam de um a dois salários mínimos foi a que mais avançou. Em relação ao primeiro trimestre de 2019, o progresso aconteceu somente nas duas classes de remunerações mais baixas, ou seja, os grupamentos salariais de até um e de um a dois salários mínimos foram os únicos com saldo melhor.

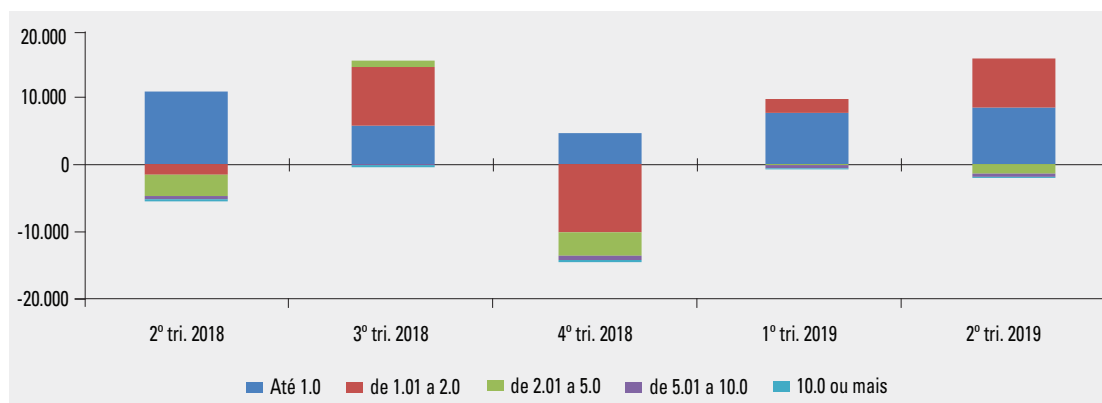


Gráfico 3
Evolução trimestral do saldo de empregos formais por faixa de salário mínimo – Bahia – 2º tri. 2018-2º tri. 2019

Fonte: Ministério da Economia – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2019.

As informações trabalhadas não contemplam as declarações fora do prazo.

O salário real médio de admissão, na Bahia, chegou a R\$ 1.366 no segundo trimestre de 2019 – inferior em R\$ 228 em relação ao do país, de R\$ 1.594. Trata-se da quarta menor quantia do início de 2018 para cá. Em relação ao intervalo de janeiro a março passado, quando alcançou R\$ 1.400, houve queda aproximada de 2,4%. Na comparação interanual, ocorreu uma alta de 0,3% – já que, à época, o valor havia sido de R\$ 1.362. A evolução trimestral deste importante indicador pode ser acompanhada no gráfico abaixo.

A remuneração média dos trabalhadores admitidos manteve o movimento de vaivém e, após subida no período imediatamente anterior, voltou a recuar no trimestre mais recente. O salário real médio de desligamento, por sua vez, interrompeu o percurso de seis quedas seguidas – ficando num patamar ligeiramente superior ao do trimestre antecedente, mas ainda abaixo dos demais do período sob investigação (Gráfico 4).

A diferença relativa entre o salário real médio dos desligados e admitidos, no segundo trimestre, aumentou comparativamente à observada no trimestre anterior e diminuiu no confronto com a registrada no mesmo trimestre de 2018. Enquanto no intervalo mais atual, o trabalhador admitido recebeu, em média, 92,9% do recebido pelo trabalhador desligado, no trimestre precedente e no segundo de 2018, esses percentuais foram de 95,3% e 90,7%, respectivamente – denotando, ao menos quanto ao computado um ano antes, aumento do preço de rotatividade da mão de obra na Bahia.

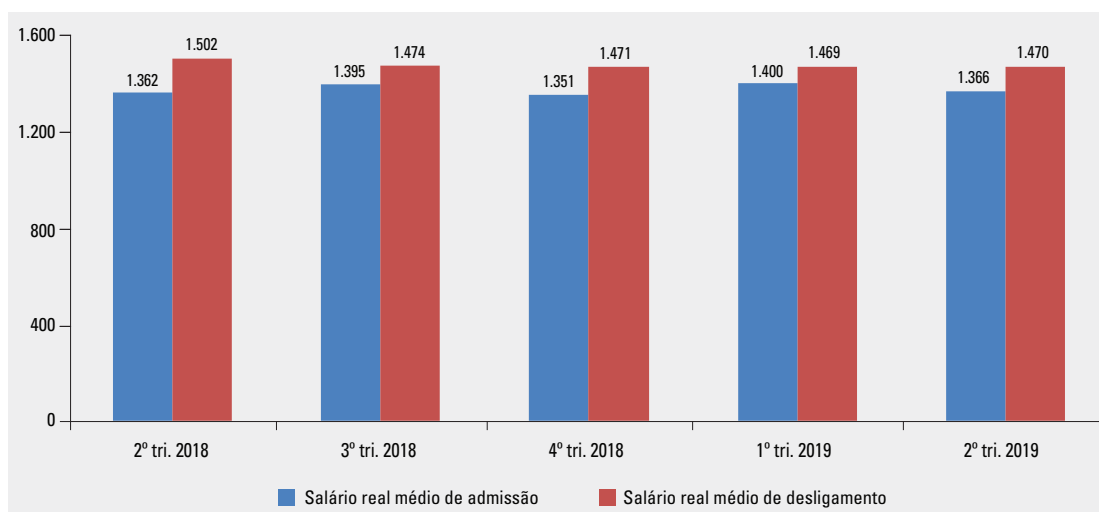


Gráfico 4
Salário real médio de admissão e de desligamento por trimestre – Bahia – 2º tri. 2018-2º tri. 2019

Fonte: Ministério da Economia – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2019.

Dados deflacionados em relação a junho de 2019 pelo INPC.

MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO A PNADC

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, sintetizados na Tabela 4, no segundo trimestre de 2019, a desocupação na Bahia atingiu 17,3% da população na força de trabalho. O resultado em questão representou a sexta maior taxa trimestral de desocupação desde o início da pesquisa, mas a segunda maior quando se volta apenas aos registros dos segundos trimestres⁴. Para o território brasileiro como um todo, a taxa foi de 12,0% no referido trimestre, o sétimo maior valor desde o princípio da série.

A Bahia persistiu com uma taxa de desocupação superior às do Brasil (12,0%) e do Nordeste (14,6%) no segundo trimestre de 2019. A Região Nordeste, por sinal, permaneceu com a

⁴ A PNADC foi implantada em caráter definitivo em janeiro de 2012.

mais alta taxa entre as regiões brasileiras, ficando a Região Sul com a menor (8,0%). Entre as unidades da Federação, a Bahia voltou a exibir a mais elevada taxa – fato registrado pela última vez no primeiro trimestre de 2017. Enquanto isso, Amapá (16,9%), anteriormente com o mais alto registro, foi o estado com a segunda maior taxa no período, e Santa Catarina (6,0%) obteve a menor.

Após a subida no início deste ano, quando atingiu 18,3%, a taxa de desocupação no estado recuou 1,0 ponto percentual (Gráfico 5). Assim, depois de duas altas em sequência, a referida taxa sofreu queda e interrompeu a trajetória a montante, fazendo dessa reviravolta um elemento de reforço perante a perspectiva de reabilitação. Apesar de animadora, tal dinâmica não chega a ser surpresa, pois reflete um comportamento comum do mercado de trabalho na passagem do primeiro para o segundo trimestre – apenas em 2015 a taxa de desocupação do segundo trimestre não ficou abaixo da do primeiro. O recuo de agora, entretanto, foi menor que o registrado há um ano. Por fim, em relação ao mesmo conjunto de meses de 2018, quando o indicador foi estimado em 16,5%, houve crescimento, com a taxa mais recente ficando 0,8 ponto percentual acima.

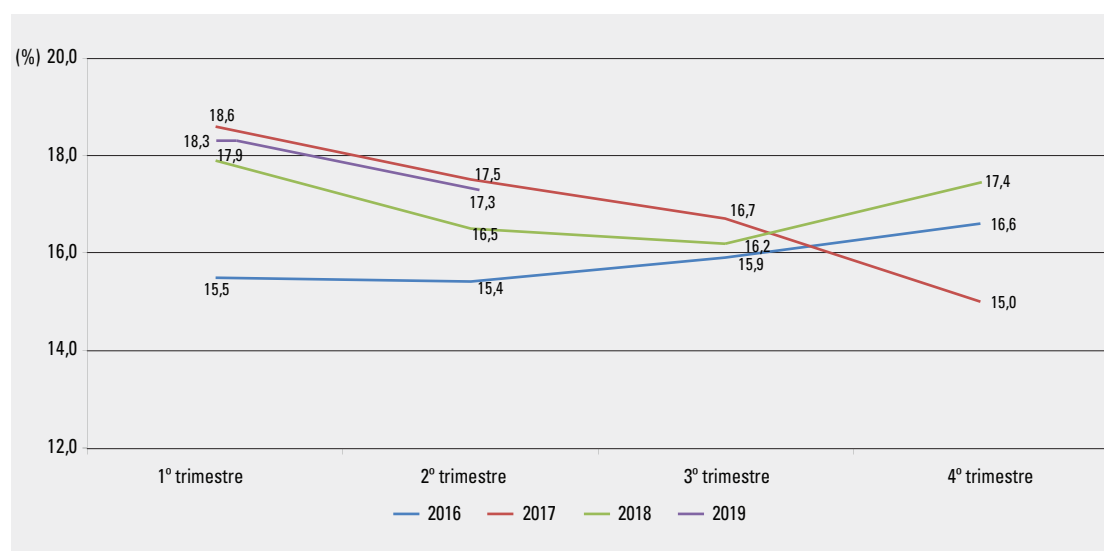


Gráfico 5
Taxa trimestral de desocupação – Bahia – 2016-2019

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).
Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2019.

Além da queda na taxa trimestral de desocupação, o percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas em território baiano aumentou no comparativo com os trimestres de referência. Dessa forma, o nível da ocupação avançou para 48,3% no segundo trimestre, ao passo que havia sido de 47,7% e 47,8% no primeiro trimestre deste ano e no segundo de 2018, respectivamente. A taxa de participação, por sua vez, praticamente não variou em relação ao trimestre imediatamente antecedente, registrando 58,4% no intervalo mais recente – enquanto que, no comparativo com um ano antes, houve aumento de 1,1 ponto percentual⁵.

5 O nível da ocupação diz respeito ao percentual de ocupados em relação às pessoas em idade de trabalhar, enquanto a taxa de participação se refere ao percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar.

No trimestre analisado, a população ocupada foi estimada em 5,805 milhões, representando alta de 2,2% (+123 mil pessoas) em contraponto ao mesmo período do ano passado e de 1,4% (+81 mil) comparativamente ao trimestre imediatamente anterior. A população desocupada foi estimada em 1,215 milhão de indivíduos, recuo de 5,2% (-67 mil) frente à do primeiro trimestre deste ano e avanço de 8,1% (+91 mil) em relação à do mesmo trimestre de um ano antes. Assim sendo, em relação ao registrado há um ano, o ingresso de indivíduos na força de trabalho (+214 mil) num patamar superior ao da geração de postos de trabalho (+123 mil) terminou por pressionar para cima o contingente de desocupados (+91 mil).

A despeito do recuo do número de desocupados na margem, o tempo de permanência na desocupação mostrou aumento na Bahia – constituindo-se numa trincheira complementar para um recuo mais veloz do desemprego e num fator potencializador do desalento. As parcelas de pessoas sem ocupação e procurando por trabalho entre um e dois anos e por dois anos ou mais passaram de 13,0% e 27,4% para 13,4% e 28,1% do primeiro trimestre ao mais recente, respectivamente (Gráfico 6). Portanto, um dado ainda preocupante, já que mais de quatro em cada dez desocupados se encontravam há pelo menos um ano nessa condição no trimestre mais recente, ou seja, mais de 40,0% enfrentavam o drama do desemprego de longa duração. Em um ano, entretanto, houve ligeiro recuo.

Por sua vez, o desemprego de curta duração reduziu-se em relação ao trimestre imediatamente passado. Os percentuais dos que buscavam uma recolocação no mercado de trabalho no intervalo inferior a um mês e no de um mês a menos de um ano diminuíram nesse período, chegando a 16,7% e 41,8% no segundo trimestre de 2019, respectivamente – indicando uma reposição mais célere para aqueles há menos tempo nessa situação. Em um ano, por outro lado, ocorreu um ligeiro aumento.

Neste trimestre, entre os desocupados baianos, 203 mil (16,7%) procuravam ocupação a menos de um mês; 507 mil (41,8%), de um mês a menos de um ano; 163 mil (13,4%), de um ano a menos de dois anos; e 341 mil (28,1%) buscavam há pelo menos dois anos. Na Bahia, portanto, 504 mil (ou 41,5%) pessoas vivenciavam um quadro de desemprego duradouro de abril a junho deste ano – o que correspondia a 9,8% do contingente nessa circunstância em território brasileiro (5,154 milhões de pessoas).

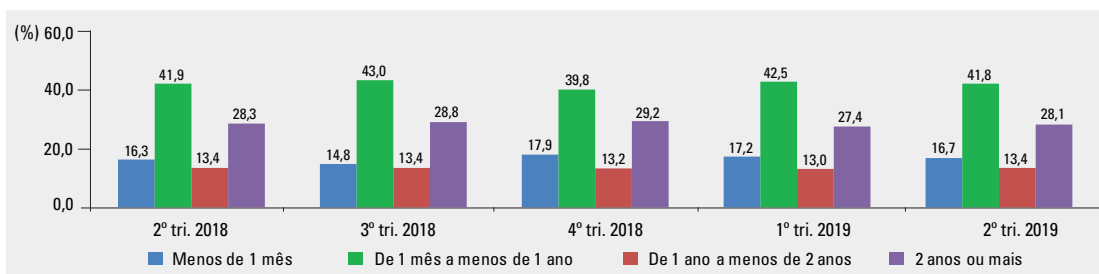


Gráfico 6
Proporção de pessoas desocupadas por tempo de procura de trabalho – Bahia – 2º tri. 2018-2º tri. 2019

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).
Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2019.

Além da alta no índice de desocupação em um ano na Bahia, a taxa composta da subutilização da força de trabalho também cresceu, passando de 39,7% para 40,1% do segundo trimestre de 2018 para o trimestre mais recente – uma ampliação, portanto, de 0,4 ponto e o terceiro

maior registro da série⁶. No Brasil, a taxa ficou em 24,8% no período retratado. Em um ano, a Bahia deixou a primeira para assumir a terceira maior taxa de subutilização entre as unidades federativas. Em relação ao primeiro trimestre do ano, quando o referido indicador registrou 40,4%, ocorreu uma leve minoração de 0,3 ponto percentual. Atualmente, 3,248 milhões de pessoas de 14 anos ou mais se encontram na condição de subutilizadas na Bahia.

O montante de desalentados em terras baianas no segundo trimestre deste ano foi de 766 mil pessoas, o quinto maior da série⁷. Além do recuo de 77 mil (-9,1%) indivíduos nessa condição em um ano, houve queda de 2 mil (-0,3%) ao levar em consideração o primeiro trimestre de 2019. Entretanto, trata-se ainda do maior contingente populacional de desalentados do país, constatação que se repete desde o início da pesquisa. Atualmente, a Bahia concentra 15,7% da população desalentada brasileira. O percentual de pessoas desalentadas em relação à população na força de trabalho ou desalentada no estado ficou em 9,8% no segundo trimestre de 2019.

Considerando os grupamentos de atividade econômica, após um ano, o número de pessoas ocupadas ampliou-se em seis do total de dez setores. No caso, a elevação do nível de emprego foi maior em *Serviços domésticos* (+6,9%), *Outros serviços*⁸ (+5,5%) e *Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais* (+4,8%); e relativamente menor em *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (+3,6%), *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* (+2,1%) e *Transporte, armazenagem e correio* (+2,1%). Em compensação, a ocupação decresceu nos setores *Indústria geral* (-3,9%), *Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas* (-1,5%), *Alojamento e alimentação* (-1,2%) e *Construção* (-1,1%).

Com base na PNADC, em sua edição trimestral, o rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas, no segundo trimestre de 2019, na Bahia, foi estimado em R\$ 1.540 – o décimo terceiro maior registro de toda a série. Em relação ao segundo trimestre de 2018, quando o rendimento médio real estava em R\$ 1.577, houve recuo de 2,3%, e num comparativo com o trimestre anterior, quando o valor estava em R\$ 1.549, ocorreu uma variação negativa de 0,6%. A massa de rendimento real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas ocupadas, foi estimada em R\$ 8,649 bilhões – ampliação de 0,6% frente à do trimestre imediatamente antecedente, de R\$ 8,595 bilhões, e contração de 0,4% num comparativo com a do mesmo trimestre do ano passado, cujo valor havia sido de R\$ 8,682 bilhões.

6 A taxa composta da subutilização da força de trabalho retrata a relação entre o grupo dos desocupados, subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e força de trabalho potencial e o grupo delimitado pela força de trabalho ampliada (que é a soma da força de trabalho com a força de trabalho potencial).

7 Os desalentados são aqueles fora da força de trabalho que estavam disponíveis para assumir um trabalho, mas não tomaram providência para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias por pelo menos uma das seguintes razões: a) não ter conseguido trabalho adequado; b) não ter experiência profissional ou qualificação; c) não haver trabalho na localidade; ou d) por ser considerado muito jovem ou idoso.

8 O grupamento ocupacional *Outros serviços*, baseado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar, engloba três seções: Artes, cultura, esporte e recreação; Outras atividades de serviços; e Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

Tabela 4**Síntese das principais informações da PNAD Contínua – Bahia – 2º tri. 2018/1º tri. 2019/2º tri. 2019**

Indicador	Estimativa			Variação	
	2º tri. 2018	1º tri. 2019	2º tri. 2019	2º tri. 2019/ 1º tri. 2019	2º tri. 2019/ 2º tri. 2018
Taxa de desocupação	16,5%	18,3%	17,3%	-1,0 p.p.	0,8 p.p.
Nível da ocupação	47,8%	47,7%	48,3%	0,6 p.p.	0,5 p.p.
Taxa de participação na força de trabalho	57,3%	58,3%	58,4%	0,1 p.p.	1,1 p.p.
Taxa composta de subutilização da força de trabalho	39,7%	40,4%	40,1%	-0,3 p.p.	0,4 p.p.
Taxa de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas	15,1%	15,7%	16,4%	0,7 p.p.	1,3 p.p.
Percentual de desalentados (1)	11,0%	9,9%	9,8%	-0,1 p.p.	-1,2 p.p.
População em idade de trabalhar	11.881 mil	12.009 mil	12.011 mil	0,0%	1,1%
População na força de trabalho	6.806 mil	7.006 mil	7.020 mil	0,2%	3,1%
Ocupados	5.682 mil	5.724 mil	5.805 mil	1,4%	2,2%
Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas	857 mil	897 mil	949 mil	5,8%	10,7%
Desocupados	1.124 mil	1.282 mil	1.215 mil	-5,2%	8,1%
População fora da força de trabalho	5.075 mil	5.003 mil	4.991 mil	-0,2%	-1,7%
População na força de trabalho potencial	1.196 mil	1.092 mil	1.084 mil	-0,7%	-9,4%
Desalentados	843 mil	768 mil	766 mil	-0,3%	-9,1%
População subutilizada	3.177 mil	3.271 mil	3.248 mil	-0,7%	2,2%
Rendimento médio real habitual	R\$ 1.577	R\$ 1.549	R\$ 1.540	-0,6%	-2,3%
Massa de rendimento real (2)	R\$ 8.682	R\$ 8.595	R\$ 8.649	0,6%	-0,4%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2019.

(1) Trata-se do percentual de pessoas desalentadas em relação à população na força de trabalho ou desalentada.

(2) Estimativa apresentada em milhões de reais.

PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO

Expectativa dos empresários baianos para o emprego

A Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano sonda as expectativas dos empresários de diversos setores sobre os mais variados temas, dentre os quais a inclinação à contratação futura de trabalhadores. Construído a partir das respostas do empresariado da Bahia em relação aos planos de abrir, manter ou encerrar vagas, o Indicador de Expectativas para Emprego (IEE) tem sido negativo desde abril passado, ou seja, há três meses – mas isso, após cinco meses, de novembro de 2018 a março de 2019, com valor acima de zero.

Após o mês de janeiro, quando atingiu 102 pontos, maior patamar desde março de 2013, o referido indicador entrou em rota de declínio – fato somente interrompido em junho. Frente aos meses do primeiro trimestre, os do intervalo atual indicam um retrocesso claro: abril, -2 pontos; maio, -108 pontos; e junho, -87 pontos. O mês de maio, por sinal, registrou o menor nível do ano até agora. Os resultados recentes, enfim, sugerem certa apatia nas intenções de contratações em curto e médio prazos.

Em relação ao término do trimestre antecedente, no entanto, a queda do indicador quanto ao emprego não se deu de forma generalizada (Gráfico 7). Entre as atividades, foi verificada alta na Agropecuária. Os setores de Indústria, Serviços e Comércio, por outro lado, apontaram recuo das expectativas ao fim do período mais recente. Nesse contexto, o setor de Serviços terminou com o pior dos indicadores, e o de Agropecuária revelou o maior nível de confiança em relação às contratações futuras. Faz-se importante destacar que, nesse quesito, o otimismo foi a tônica de dois setores: Agropecuária e Comércio.

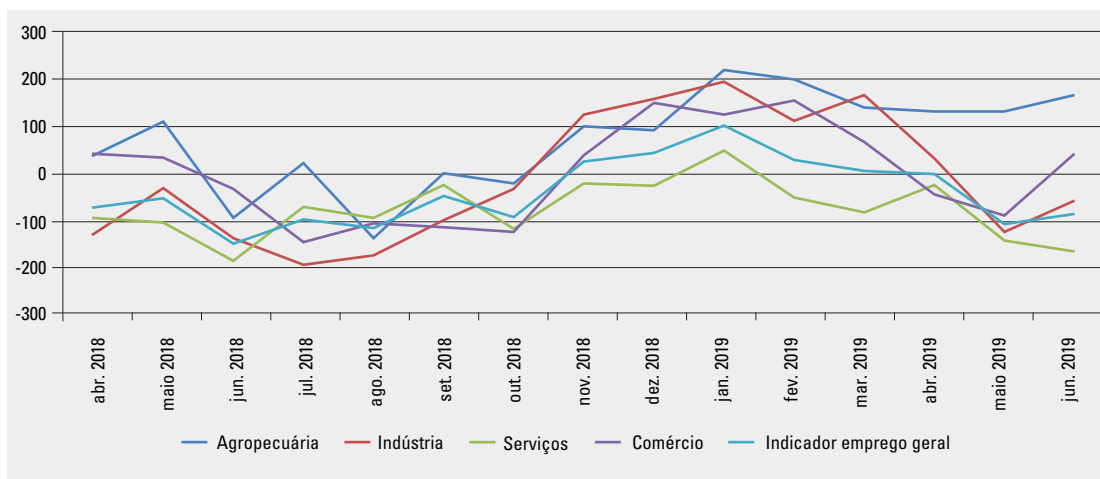


Gráfico 7
Evolução do Indicador de Expectativas para Emprego por setor de atividade – Bahia – Abr. 2018-jun. 2019

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) – Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano.
Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2019.

No que diz respeito ao nível esperado de contratações futuras, 59,7% dos empresários planejam manter a quantidade atual de trabalhadores; 21,9% cogitam contratar; e 18,4% dos entrevistados pretendem promover o desligamento de empregados (Gráfico 8). Pontualmente, diminuiu a distância entre a proporção das empresas com intenção em dilatar o quadro de pessoal e a das que preveem comprimir, com aquela ainda se mantendo maior do que esta na passagem de um trimestre para outro, mas numa porção bem menor agora do que no período antecedente (quando havia sido quase três vezes maior).

Conforme o gráfico abaixo, o intento do setor produtivo baiano de enxugar o quadro de funcionários aumentou, após dois recuos sucessivos e o menor patamar da série recente. O fito de admitir, por sua vez, recuou após duas altas consecutivas, voltando a expor um percentual abaixo do exibido ao final do ano passado. De resto, a perspectiva empresarial em manter o quantitativo de empregados se mostrou ainda mais elevada, interrompendo a trajetória de quatro quedas subsequentes. Apesar de um resultado mais comedido, os sinais ainda alimentam certa esperança por uma recuperação do mercado de trabalho no horizonte.

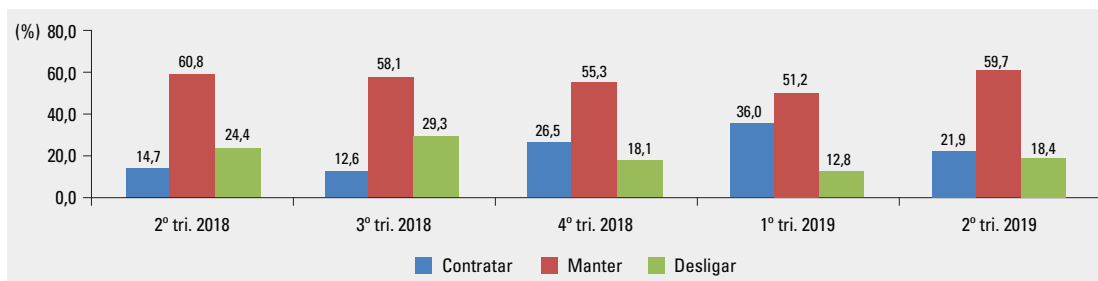


Gráfico 8
Percentual de respostas quanto ao quesito emprego por trimestre – Bahia – 2º tri. 2018-2º tri. 2019

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) – Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano.
Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2019.

Projeção do emprego formal

De acordo com a projeção realizada pela SEI, no quesito emprego formal, o mercado de trabalho baiano exibirá certo grau de recuperação no terceiro trimestre de 2019, com geração líquida prevista de 19.185 vínculos de trabalho regidos pela CLT (Tabela 5). Tal resultado, desde que se concretize, marcará a terceira expansão subsequente em um terceiro trimestre – isso após dois anos sucessivos com atrofia no referido trimestre, nos anos de 2015 e 2016.

Na hipótese de tal expectativa se confirmar, o resultado líquido de empregos com carteira assinada no intervalo em questão implicaria certo entusiasmo, pois ficaria acima do saldo edificado no terceiro trimestre do ano anterior. Além do mais, o saldo acumulado dos nove meses iniciais superaria o do ano passado, reforçando a possibilidade de que o ano de 2019 supere o de 2018 em termos de geração de postos de trabalho celetista na Bahia – o que ratificaria as previsões do começo deste ano. No entanto, não se pode perder de vista, numa análise temporal mais ampla, que o resultado trimestral projetado representaria apenas o sétimo melhor para um terceiro trimestre desde 2006. Enfim, dessa maneira, tal projeção, caso se verifique, terminaria por homologar o itinerário de restauração do mercado de trabalho em curso no estado desde 2017.

A eclosão líquida de empregos com carteira assinada esperada para o terceiro trimestre de 2019 deverá ocorrer em seis dos oito grupamentos de atividades, sendo influenciada, principalmente, pelo comportamento dos setores de Serviços (+9.575 postos de trabalho) e Construção Civil (+7.645 postos). Por outro lado, Agropecuária (-1.311 empregos celetistas) e Administração Pública (-109 postos) tendem a se caracterizar como os únicos contrapesos. As demais projeções podem ser visualizadas na tabela abaixo.

Tabela 5
Projeção do saldo de empregos formais por setor de atividade econômica – Bahia – 3º tri. 2019

Setor de atividade econômica	Saldo projetado
Extrativa Mineral	394
Indústria de Transformação	2.022
Serviços Industriais de Utilidade Pública	76
Construção Civil	7.645
Comércio	893
Serviços	9.575
Administração Pública	-109
Agropecuária	-1.311
Total	19.185

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2019.

O saldo projetado pela SEI conta com dados atualizados até junho de 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O combo de informações apresentadas neste boletim suscitou um misto de percepções. Se, por um lado, se mantêm as dúvidas do momento em que uma retomada propriamente dita (no sentido de regresso à condição ou ao padrão anterior) possa efetivamente ser alcançada e a economia possa retornar aos patamares da fase pré-crise, por outro, não há como negar que alguns avanços vêm ocorrendo e que um processo de regeneração em certo grau se encontra em curso.

Com a atividade econômica experimentando uma recuperação lenta e conturbada, o mercado de trabalho, que segue uma dinâmica com movimentos retardados perante os ciclos econômicos, termina por não encontrar um ambiente propício para emplacar um processo de melhoria pujante e universal. Além do mais, o recuo último das expectativas empresariais, conduzindo a confiança ao menor nível do ano, mesmo que num patamar bem menos degradado do que no passado recente, dispara um alerta e passa a se constituir também num ingrediente desfavorável.

Entretanto, como projetado pela SEI, o saldo líquido estimado para os próximos três meses na Bahia, caso se confirme, representaria um importante refrigério, pois impactaria sobremaneira as chances de um resultado melhor em 2019 do que em 2018 em termos de geração de postos. Mesmo sem anular o entendimento de que o mercado de trabalho local ainda experimenta algumas dificuldades, um resultado assim poderá gerar certo alívio e robustecer o juízo de que a recuperação do emprego no estado possa vir a alcançar maior consistência e vigor em longo prazo. De forma sucinta, no momento, a percepção continua sendo a de que o mercado de trabalho local, mesmo seguindo o curso da reabilitação, provavelmente não deverá manifestar dinamismo extraordinário em curto e médio prazos. Porém, hoje, pode-se dizer que o futuro parece mais promissor que outrora.

NOTAS METODOLÓGICAS

PESQUISA DE CONFIANÇA DO EMPRESARIADO BAIANO

A fim de monitorar o nível de confiança do setor produtivo do estado mensalmente, a Pesquisa de Confiança do Empresário Baiano efetua a produção contínua e sistemática de indicadores. O principal deles é o ICEB, Indicador de Confiança do Empresariado Baiano.

Realizada diretamente com federações, associações e sindicatos patronais representativos dos segmentos empresariais do Estado, a técnica de coleta utiliza um questionário com doze perguntas de cunho qualitativo e que versam sobre temas relacionados ao contexto macroeconômico (Inflação, Juros, PIB Nacional e PIB Estadual) e ao desempenho das empresas (Vendas, Crédito, Câmbio, Capacidade Produtiva, Situação Financeira, Emprego, Exportação e Abertura de Unidades).

Fruto de uma amostragem não-probabilística intencional, a Pesquisa conta, atualmente, com mais de cem entidades representativas dos setores produtivos do estado. A cobertura setorial da Pesquisa abrange quatro setores: Agropecuária; Indústria; Serviços; e Comércio.

Para chegar ao indicador geral é necessário, primeiramente, mensurar as respostas qualitativas do questionário. Atribui-se valor 1.000 para a resposta mais otimista; 500 para a resposta confiante; zero para a intermediária; -500 para aquela não confiante; e -1.000 para a mais pessimista. Desta maneira, é possível calcular indicadores por questão, tema e setor, sendo o ICEB fruto de uma média dos indicadores de confiança setoriais ponderados pelo valor adicionado de cada atividade no PIB.

O valor do ICEB e dos demais indicadores podem variar de -1.000 a 1.000. Dentro desse intervalo, quanto mais próximo de -1.000, maior o pessimismo associado. Em sentido contrário, mais perto de 1.000, maior o otimismo. O zero pode ser interpretado como ponto de indiferença.

Para efeitos ilustrativos, a Pesquisa trabalha com uma escala de grau de otimismo dividida em intervalos, a qual possibilita classificar o resultado conforme seu enquadramento: Grande Pessimismo, de -1.000 a -500; Pessimismo, de -500 a -250; Pessimismo Moderado, de -250 a zero; Otimismo Moderado, de zero a 250; Otimismo, de 250 a 500; e Grande Otimismo, de 500 a 1.000. Os valores de fronteira pertencem à zona imediatamente anterior, com o zero como ponto de orientação.

Escala do ICEB



PROJEÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

As projeções do mercado de trabalho formal são construídas com base na metodologia de séries temporais. As estimativas são feitas para o número de admitidos e de desligados de cada um dos oito setores de atividade econômica. O saldo previsto para cada segmento será a diferença entre as admissões e os desligamentos projetados. O saldo geral, enfim, será o somatório dos saldos supostos para cada atividade.

O tratamento dado a determinado setor no processo de previsão depende de o mesmo ser considerado de menor ou maior impacto na dinâmica do mercado de trabalho local. O grupo de menor influência incorpora as atividades de Extrativa Mineral, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Administração Pública. O de maior peso engloba Indústria de Transformação, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária.

As séries do número de admissões e de desligamentos do setor, obtidas pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), são incluídas no procedimento de projeção independentemente do peso do segmento. O uso de variáveis explicativas, no entanto, somente ocorre para aquelas atividades apontadas como de maior impacto.

Para conceber tais previsões são utilizados o algoritmo de alisamento exponencial de Holt-Winters e a metodologia de Box-Jenkins com os modelos sazonais auto regressivos integrados de médias móveis (SARIMA) e sua extensão (SARIMAX). A adoção do modelo SARIMAX é para permitir a inclusão de variáveis explicativas.

